

# Viagem traz avanço político

**Nova Iorque** — O passo mais importante dado pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, durante sua viagem aos Estados Unidos, foi a aceitação, pelo Brasil, em vir ao FMI, pedir um aval (um telex antes da conclusão do acordo) para concluir as negociações com os bancos. No entanto, conforme ressaltou o ministro, o Governo brasileiro não cederá com relação à desvinculação. Isto significa que, no acordo com os bancos, será excluída a cláusula que permita aos bancos suspender os desembolsos de financiamentos ao Brasil, se este não cumprir as metas acertadas com o FMI.

O resultado da viagem, em balanço feito por Maílson, foram progressos mais políticos do que técnicos das negociações. Resolvida a pendência do acordo com o Fundo, as negociações avançaram aceleradamente em uma semana. Depois de tanto tempo negociando, "as partes vão cedendo em seus argumentos", conforme Maílson. Na opinião de vários assessores brasileiros nos Estados Unidos, o Brasil tem cedido em pontos importantes, como as salva-guardas. Essa cláusula, que os bancos querem excluir do acordo, diz que toda vez que houver oscilações das

taxas de juros e do valor das exportações, de modo a alterar o desempenho externo brasileiro, o País fica dispensado do cumprimento das metas com o FMI, sem que isto afete os desembolsos dos bancos.

Outro ponto em que os bancos venceram a resistência brasileira foi o **relanding**, que significa reemprestimo dos valores depositados no Banco Central. O Brasil queria limitar o **relanding**, de forma a exigir maior desembolso de recursos novos, mas aceitou converter os empréstimos sem limitações, segundo um negociador brasileiro. O pagamento semestral dos juros, contra o atual sistema de trimestralidade, é um ponto cedido pelos bancos, mas sem muita importância. O Brasil ganha financeiramente, porque pode girar o dinheiro durante o semestre. Para os bancos, é indiferente a perda, considerando que a inflação externa é quase desprezível, comparada com a brasileira.

O **carve out** (reincidência do novo "spread") considerará a dívida vencida em 88 e na medida em que for vencendo no futuro. Com isto, o Brasil ganha US\$ 600 milhões, aproximadamente, com a redução do "spread" de 1,25% para 0,8125%.